

V SEMINÁRIO NACIONAL TUTELAS À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS

Trabalhos aprovados para publicação

Título	Autores
Formas de controle da administração pública e combate à corrupção: uma breve análise.	Ana Paula Cordeiro Krug Chaiene Meira de Oliveira
A judicialização da saúde como consequência de práticas corruptivas na prestação do direito fundamental à saúde.	Luiza Eisenhardt Braun Caroline Fockink Ritt
A duração das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.	Eveline Bernardy Eduardo Ritt
A descentralização no federalismo e a efetividade da participação na gestão pública.	Bruna Lietz
Cooperativismo popular e economia solidária.	Michael Almeida di Giacomo
A desconsideração inversa da personalidade jurídica: breve análise do caso CAO A	Paula Ferla Lopes José Tadeu Neves Xavier
O fim do Liberalismo de Identidade e a alternativa do Interculturalismo: a “mensagem” das eleições presidenciais nos Estados Unidos da América em 2016	Flávia Miranda Falcão Bruno Heringer Júnior
Compliance na era digital: uma ferramenta de proteção de dados pessoais.	Guilherme Becker Diedrich Marina Gomes de Souza
Os fundamentos da liberdade de expressão e o discurso de ódio: Existe o direito de ofender pela palavra?	Bruno Ruiz de Souza Bruno Heringer Júnior
A (des)crença nas instituições democráticas em tempos de escândalos de corrupção.	Bianca Medran Moreira Bárbara Guerra Chala
A liberdade de imprensa como pressuposto do Estado democrático de direito.	Pedro Henrique Carneiro Mosmann
o princípio da proibição do retrocesso social (efeito cliquet) como garantidor da dignidade da pessoa humana.	Daniele Louise Kopp Érica Veiga Alves
Liberdade de expressão no âmbito das Universidades e o princípio da livre autonomia universitária.	Michael Almeida di Giacomo
Proteção de dados pessoais pela ótica do Direito do Consumidor: Diálogo entre o Código do Consumidor e a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018, no âmbito de Termo de Ajuste de Conduta envolvendo vazamento de dados – Caso Netshoes	Newton de Lavra Pinto Moraes
A reclamação como instrumento para manutenção da jurisprudência estável, íntegra e coerente à luz do Código de Processo Civil de 2015.	Fernanda Rosa Coelho Lucas Moreschi Paulo
Colonialidade, Saber e Poder: O papel do Estado e do direito nas relações familiares.	Rodrigo Rosa de Lima Raquel Fabiana Lopes Sparemberger
A prisão em segunda instância sob o prisma do ativismo judicial e da vinculatividade dos precedentes	Pedro Henrique Carneiro Mosmann